

Maria Helena Diniz

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP. Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas. Professora de Direito Civil no curso de graduação da PUCSP. Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação em Direito da PUCSP. Professora Emérita da Faculdade de Direito de Itu. Membro benemérito do Instituto Sílvio Meira, Membro da Academia Paulista de Direito (cadeira 62 – patrono Oswaldo Aranha Bandeira de Mello), da Academia Notarial Brasileira (cadeira 16 – patrono Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda), do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Presidente do Instituto Internacional de Direito.

CURSO DE
DIREITO CIVIL
BRASILEIRO

Teoria Geral das Obrigações

2

35ª edição
Revista e atualizada

2020

saraiva  jur

Índice

Prefácio	15
----------------	----

Capítulo I

Introdução ao direito das obrigações

1. <i>Conceito de direito das obrigações</i>	19
2. <i>Importância dos direitos obrigacionais na atualidade</i>	20
3. <i>Natureza dos direitos creditórios</i>	22
A. Caracteres dos direitos obrigacionais	22
B. Traços distintivos entre direitos de crédito e direitos reais	23
C. Categorias jurídicas híbridas	26
c.1. Generalidades	26
c.2. Obrigações <i>propter rem</i>	27
c.2.1. Conceito e caracteres	27
c.2.2. Natureza jurídica	29
c.3. Ônus reais	31
c.4. Obrigações com eficácia real	33
4. <i>Conteúdo do direito das obrigações</i>	35

Capítulo II

Noções gerais de obrigação

1. <i>Conceito de obrigação</i>	41
2. <i>Elementos constitutivos da relação obrigacional</i>	46
3. <i>Fontes das obrigações</i>	57
4. <i>Classificação das obrigações</i>	62

Capítulo III

Modalidades das obrigações

1. <i>Obrigações consideradas em si mesmas</i>	69
A. Obrigações em relação ao seu vínculo	69
a.1. Noções gerais	69

a.2. Obrigação civil e empresarial	70
a.3. Obrigação moral	70
a.4. Obrigação natural	71
a.4.1. Conceito, caracteres e efeitos	71
a.4.2. Obrigação natural no direito brasileiro	75
a.4.3. Natureza da obrigação natural	82
B. Obrigações quanto ao seu objeto	88
b.1. Obrigações atinentes à natureza do objeto	88
b.1.1. Obrigação de dar	88
b.1.1.1. Espécies de prestação de coisa	88
b.1.1.2. Obrigação de dar coisa certa	93
b.1.1.2.1. Noção	93
b.1.1.2.2. Consequências da perda ou da deterioração da coisa certa	94
b.1.1.2.3. Cômodos na obrigação de dar coisa certa	96
b.1.1.3. Obrigação de dar coisa incerta	98
b.1.1.3.1. Conceito	98
b.1.1.3.2. Preceitos legais que a disciplinam	98
b.1.1.4. Obrigação de solver dívida em dinheiro	103
b.1.2. Obrigação de fazer	116
b.1.2.1. Conceito e objeto	116
b.1.2.2. Diferenças entre a obrigação de dar e a de fazer	117
b.1.2.3. Espécies de <i>obligatio ad faciendum</i>	124
b.1.2.4. Consequências do inadimplemento da obrigação de fazer	126
b.1.3. Obrigação de não fazer	130
b.1.3.1. Conceito	130
b.1.3.2. Descumprimento da <i>obligatio ad non faciendum</i>	131
b.2. Obrigações quanto à liquidez do objeto	133
b.2.1. Obrigação líquida	133
b.2.2. Obrigação ilíquida	135
C. Obrigações relativas ao modo de execução	141
c.1. Obrigação simples e cumulativa	141
c.2. Obrigação alternativa	142
c.2.1. Conceito e caracteres	142

c.2.2.	Concentração do débito na obrigação alternativa	143
c.2.3.	Consequências da inexecuibilidade das prestações....	147
c.3.	Obrigação facultativa	150
D.	Obrigações concernentes ao tempo de adimplemento	154
d.1.	Obrigação momentânea ou instantânea	154
d.2.	Obrigação de execução continuada ou periódica	154
E.	Obrigações quanto aos elementos acidentais	155
e.1.	Generalidades	155
e.2.	Obrigação condicional	157
e.2.1.	Definição	157
e.2.2.	Efeitos das várias modalidades de obrigação con- dicional	158
e.3.	Obrigação modal	162
e.3.1.	Conceito e objeto	162
e.3.2.	Consequências jurídicas	162
e.4.	Obrigação a termo	163
e.4.1.	Noção	163
e.4.2.	Exigibilidade da obrigação a termo	164
F.	Obrigações em relação à pluralidade de sujeitos	168
f.1.	A pluralidade de sujeitos na relação obrigacional	168
f.2.	Obrigação divisível e indivisível	170
f.2.1.	Conceito de obrigação divisível e indivisível	170
f.2.2.	A questão da divisibilidade e da indivisibilidade nas várias modalidades de obrigação	173
f.2.3.	Efeitos da obrigação divisível e indivisível	175
f.2.4.	Perda da indivisibilidade	179
f.3.	Obrigação solidária.....	180
f.3.1.	Conceito, caracteres e espécies de obrigação soli- dária	180
f.3.2.	Princípios comuns à solidariedade	184
f.3.3.	Fontes da obrigação solidária.....	186
f.3.4.	Distinção entre obrigação solidária e obrigação indivisível	189
f.3.5.	Solidariedade ativa	191
f.3.5.1.	Definição	191
f.3.5.2.	Efeitos jurídicos	192
f.3.6.	Solidariedade passiva	197
f.3.6.1.	Conceituação	197
f.3.6.2.	Consequências jurídicas	198
f.3.7.	Solidariedade recíproca ou mista	210

f.3.8. Extinção da solidariedade	210
G. Obrigações quanto ao conteúdo	222
g.1. Obrigação de meio	222
g.2. Obrigação de resultado	223
g.3. Obrigação de garantia	224
2. <i>Obrigações reciprocamente consideradas</i>	226
A. Obrigação principal e acessória	226
B. Efeitos jurídicos dessas modalidades de obrigação	227

Capítulo IV

Efeitos das obrigações

1. <i>Introdução ao estudo dos efeitos das relações obrigacionais</i>	233
A. Efeitos decorrentes do vínculo obrigacional	233
B. Pessoas sujeitas aos efeitos das obrigações	233
2. <i>Modos de extinção das obrigações</i>	236
A. Meios de solver as obrigações	236
B. Pagamento ou modo direto de extinguir a obrigação	238
b.1. Conceito e natureza jurídica do pagamento	238
b.2. Requisitos essenciais ao exato cumprimento da obrigação.....	239
b.3. Tempo do pagamento	251
b.4. Lugar do pagamento	253
b.5. Prova do pagamento	257
b.6. Pagamento indevido	261
b.6.1. Conceito e espécies de pagamento indevido	261
b.6.2. Requisitos necessários à sua caracterização	263
b.6.3. Repetição do pagamento	266
b.6.4. Exclusão da restituição do indébito	268
C. Pagamento indireto	273
c.1. Generalidades	273
c.2. Pagamento em consignação	273
c.2.1. Origem, conceito e natureza jurídica	273
c.2.2. Casos legais de consignação.....	276
c.2.3. Requisitos subjetivos e objetivos	280
c.2.4. Direito do consignante ao levantamento do depó- sito	283
c.2.5. Processo de consignação	284
c.2.6. Efeitos do depósito judicial	286

c.2.7. Consignação extrajudicial.....	286
c.3. Pagamento com sub-rogação	291
c.3.1. Histórico	291
c.3.2. Conceito	291
c.3.3. Natureza jurídica	293
c.3.4. Modalidades de sub-rogação pessoal	294
c.3.5. Efeitos	299
c.4. Imputação do pagamento	302
c.4.1. Definição	302
c.4.2. Requisitos	303
c.4.3. Espécies	305
c.4.4. Efeito	307
c.5. Dação em pagamento	308
c.5.1. Breve notícia histórica	308
c.5.2. Conceito, objeto e natureza jurídica	310
c.5.3. Requisitos	313
c.5.4. Analogia com outros institutos	315
c.5.5. Efeito	315
c.5.6. Nulidade	317
c.6. Novação	320
c.6.1. Considerações históricas	320
c.6.1.1. Função da novação no direito romano	320
c.6.1.2. Caráter da novação no direito moderno	322
c.6.2. Conceito	323
c.6.3. Requisitos essenciais	325
c.6.4. Espécies	330
c.6.5. Efeitos	337
c.6.5.1. Generalidades	337
c.6.5.2. Efeitos da novação quanto à obrigação extinta.....	337
c.6.5.3. Efeitos da novação em relação à nova obrigação	339
c.7. Compensação	342
c.7.1. Histórico	342
c.7.2. Conceito e natureza jurídica	343
c.7.3. Espécies	346
c.7.3.1. Generalidades	346
c.7.3.2. Compensação legal	346
c.7.3.2.1. Conceito e efeitos	346
c.7.3.2.2. Requisitos	347
c.7.3.3. Compensação convencional	355
c.7.3.4. Compensação judicial	356
c.8. Transação	360

c.8.1. Histórico	360
c.8.2. Definição e elementos constitutivos	361
c.8.3. Caracteres	364
c.8.4. Modalidades e formas de transação	365
c.8.5. Objeto	367
c.8.6. Natureza jurídica	367
c.8.7. Nulidade	368
c.8.8. Efeitos	369
c.9. Compromisso	372
c.9.1. Notícia histórica	372
c.9.2. Conceito e natureza jurídica	373
c.9.3. Espécies	375
c.9.4. Pressupostos subjetivos e objetivos	377
c.9.5. Compromisso e institutos afins	378
c.9.6. Efeitos do compromisso	380
c.9.7. Nulidade do laudo arbitral	381
c.9.8. Extinção do compromisso	382
c.10. Confusão	385
c.10.1. Histórico	385
c.10.2. Conceito e requisitos	385
c.10.3. Espécies	388
c.10.4. Efeitos	390
c.10.5. Extinção	390
c.11. Remissão das dívidas	393
c.11.1. Origem histórica	393
c.11.2. Conceito e natureza jurídica	393
c.11.3. Modalidades	396
c.11.4. Casos de remissão presumida	396
c.11.5. Efeitos	398
D. Extinção da relação obrigacional sem pagamento	401
d.1. Generalidades	401
d.2. Prescrição	401
d.3. Impossibilidade de execução sem culpa do devedor	402
d.3.1. Noções gerais	402
d.3.2. Caso fortuito e força maior	403
d.3.3. Efeitos da inexecução da obrigação por fato inimputável ao devedor	404
d.4. Advento de condição resolutiva ou de termo extintivo	405
E. Execução forçada por intermédio do Poder Judiciário	408

3. Consequências da inexecução das obrigações por fato imputável

<i>ao devedor</i>	416
A. Inadimplemento voluntário	416
a.1. Normas sobre inadimplemento da obrigação	416
a.2. Fundamento da responsabilidade contratual do inadimplente	418
B. Mora	422
b.1. Mora e inadimplemento absoluto	422
b.2. Conceito e espécies de mora	422
b.3. Mora do devedor	424
b.3.1. Noção e modalidades	424
b.3.2. Requisitos	425
b.3.3. Efeitos jurídicos	426
b.4. Mora do credor	428
b.4.1. Conceito e pressupostos	428
b.4.2. Consequências jurídicas	430
b.5. Mora de ambos os contratantes	431
b.6. Juros moratórios	432
b.6.1. Conceito e classificação dos juros	432
b.6.2. Juros moratórios	435
b.6.2.1. Noção e espécies	435
b.6.2.2. Extensão dos juros moratórios	441
b.6.2.3. Momento da fluência dos juros de mora ..	441
b.7. Purgação da mora	443
b.8. Cessação da mora	444
C. Perdas e danos	449
c.1. Noção de perdas e danos	449
c.2. Fixação da indenização das perdas e danos	450
c.3. Modos de liquidação do dano	453
D. Cláusula penal	455
d.1. Conceito e funções	455
d.2. Caracteres	458
d.3. Modalidades	462
d.4. Requisitos para sua exigibilidade	463
d.5. Paralelo com institutos afins	464
d.6. Efeitos	466

Capítulo V

Transmissão das obrigações

1. <i>Noções gerais sobre a transmissão das obrigações</i>	473
--	-----

A. Conceito de cessão	473
B. Espécies de cessão	474
2. <i>Cessão de crédito</i>	475
A. Conceito e modalidades	475
B. Cessão de crédito e institutos similares	479
C. Requisitos	479
D. Efeitos	484
3. <i>Cessão de débito</i>	491
A. Conceito e pressupostos	491
B. Modos de realização	494
C. Efeitos	497
4. <i>Cessão de contrato</i>	501
A. Conceito	501
B. Requisitos	502
C. Efeitos	503
Bibliografia	505